

O Governo Jango, a Crise e o Golpe de Estado

Jânio RENUNCIOU. As razões para tão inesperada decisão estão até hoje mal explicadas. Ao que parece foi uma tentativa frustrada de golpe para se fortalecer no poder e neutralizar a oposição que lhe movia o Congresso.

O vice-presidente, **João Goulart**, que havia sido eleito pelo PTB/PSD, encontrava-se em viagem oficial na CHINA. Os conservadores da UDN e das FORÇAS ARMADAS tentaram impedir sua posse, mas a resistência dos partidários de JANGO e da LEGALIDADE conseguiram impedir o GOLPE.

O principal apoio à posse do vice-presidente LEGALMENTE eleito vinha do RIO GRANDE DO SUL, governado pelo líder trabalhista LEONEL de Moura BRIZOLA. Ele organizou a Rede da LEGALIDADE, conjunto de EMISSORAS que mobilizou a POPULAÇÃO para resistir ao GOLPE. Conseguiu também o apoio do comando do TERCEIRO Exército, sediado no RIO GRANDE DO SUL, que deu garantias à posse de JANGO.

A crise foi contornada com o acordo que estabeleceu o regime PARLAMENTAR no BRASIL, limitando os PODERES do novo PRESIDENTE. O poder EXECUTIVO se deslocou para as mãos do PRIMEIRO-MINISTRO, como é próprio do PARLAMENTO. Um futuro PLEBISCITO deveria confirmar, ou não, a mudança de REGIME.

No dia 6 de janeiro de 1963, o PLEBISCITO, por esmagadora MAIORIA, restabelecia o PRESIDENCIALISMO. Goulart começaria de fato a GOVERNAR.

O PLANO TRIENAL do presidente previa a retomada do crescimento ECONÔMICO e reformas de BASE, entre elas a AGRÁRIA. Esses projetos de reforma mobilizaram a OPINIÃO pública e fizeram aumentar a temperatura POLÍTICA. Cresceu a agitação SOCIAL pró e contra os projetos de REFORMA. A INFLAÇÃO e a alta custo de vida contribuíam para o descontentamento POPULAR e o endurecimento da luta POLÍTICA. A situação das finanças públicas era delicada. O peso dos empréstimos ESTRANGEIROS nos gastos do país e os LUCROS remetidos pelas EMPRESAS internacionais eram enormes.

O PLANO TRIENAL fracassara: não houve crescimento ECONÔMICO, a INFLAÇÃO disparou e as reformas emperravam no CONGRESSO, de maioria CONSERVADORA. O projeto de REFORMA AGRÁRIA, por exemplo, já havia sido rejeitado pelos parlamentares. O governo se desgastava em meio à crise e as forças CONSERVADORAS se articulavam para DERRUBAR Goulart. Os conspiradores ganharam um importante aliado: o embaixador NORTE-AMERICANO no Brasil, Lincoln Gordon. A lei que regulamentava a remessa de lucros para o EXTERIOR, com certeza contribuiu para apressar essa adesão.

Uma rebelião de SARGENTOS em BRASÍLIA, reivindicando o direito de se candidatarem a cargos ELETIVOS, foi vista pelos altos OFICIAIS como grave ameaça à HIERARQUIA militar.

Para arregimentar apoio popular, o governo realizou, na ESTAÇÃO CENTRAL do BRASIL no Rio de Janeiro, um grande comício no dia 13 de março. Na ocasião, diante de uma massa de mais de 200 mil PESSOAS, Jango assinou decretos NACIONALIZANDO refinarias de PETRÓLEO privadas, desapropriou terras situadas às margens das FERROVIAS e RODOVIAS e em áreas irrigadas por açudes construídos pelo poder público.

No dia 19 de março, em resposta ao comício do Rio, realizava-se em SÃO PAULO a MARCHA da FAMÍLIA com Deus e pela LIBERDADE. A DIREITA também tinha gente para pôr na rua: a PEQUENA BURGUESIA e organizações CONSERVADORAS. Na passeata se pediu a Deus e às FORÇAS ARMADAS que salvassem o Brasil do perigo COMUNISTA, presente no próprio GOVERNO. Só faltava marcar a DATA para o GOLPE.

A oportunidade apresentou-se quando Goulart participou de uma cerimônia da Associação dos SARGENTOS no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, em 30 de março. Isso, para o ALTO COMANDO das Forças ARMADAS, era a prova da convivência do PRESIDENTE com os atos de insubordinação que ameaçavam a hierarquia MILITAR.

No dia 31 de março o GOLPE foi desfechado a partir da IV Região Militar, sediada em MINAS GERAIS. Todas as regiões militares acabaram (com alguma vacilação) aderindo ao GOLPE. Sem condições de resistir, JANGO se refugiou no URUGUAI. Iniciava-se o período dos GOVERNOS MILITARES, que só se encerraria em 1985.